

GIARRACCA, Norma, BETTINA, Levy (Orgs.). **Ruralidades Latinoamericanas: identidades y luchas sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. 550p.

Rosemeire A. de Almeida¹

raalm@ceul.ufms.br

A obra reúne um conjunto de artigos de autores latino-americanos ganhadores do concurso “Globalização, Transformações na Economia Rural e Movimentos Agrários”, organizado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – CLACSO e publicado em 2004.

Os textos que compõem o livro representam uma diversidade de enfoques teórico-metodológicos acerca das práticas sociais no campo, tanto das organizações sociais como dos movimentos sociais, frente ao avanço desagregador da globalização. O ponto aglutinador da obra está no fato de os autores em suas pesquisas evidenciarem que nos países da América Latina os movimentos e organizações sociais do campo têm tomado o centro político da luta de resistência, impondo limites ao avanço do capital e experimentando alternativas às formas atuais de organização do poder.

O livro divide-se em duas partes: a primeira é composta por quatro estudos reunidos sobre a temática “Transformações e novas ruralidades”. O texto da mexicana Blanca Laura Cordero Díaz abre a compilação; nele a pesquisadora analisa a questão migratória tendo como referência o deslocamento populacional dos habitantes de Huaquechula, Puebla, rumo aos EUA sob o título “Nueva York es como Puebla”. A preocupação da autora em estudar o cotidiano desta população na sua interioridade permite aos leitores entenderem as singularidades atuais deste processo migratório dos mexicanos para Nova York. É por meio deste caminho que Díaz revela que as migrações recentes produzem novas práticas sociais resignificando o conhecimento adquirido e dando um caráter transnacional à luta pela sobrevivência.

Neste sentido, por exemplo, chama a atenção para a questão de gênero relacionada ao mundo do trabalho que está presente neste processo migratório, uma vez que a participação dos homens e mulheres no local de destino se faz de forma muito diferente em relação às antigas relações vividas na localidade de origem, situação que

¹ Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia UFMS/Campus de Três Lagoas. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Estudos Agrários - CNPq”.

implica conflitos e transformações. Para a autora estas contradições e transformações nas práticas e sonhos da população migrante na busca cotidiana pela sobrevivência são resultado de processos globais e locais, marcados por sua vez tanto pela luta transnacional em busca da sobrevivência como por necessidades determinadas pelo capitalismo contemporâneo. Para Díaz “Un supuesto importante de trabajo fue que la expansión del carácter transnacional de la organización de la sobrevivencia es un proceso paradigmático del cambio rural en un nuevo contexto global” (p.73).

Ainda a respeito da temática das migrações mexicanas para os EUA, Luis Ángel López Ruiz analisa no seu texto o fenômeno sob dois prismas, enquanto necessidade e como estratégia de resistência por parte das famílias frente ao processo de exclusão social. No sentido de se pensar a migração enquanto estratégia de sobrevivência, o autor analisa o papel das remessas de dólar na economia das famílias e também na economia das comunidades rurais. O autor destaca, assim como Díaz, que embora a migração seja um processo antigo no mundo rural mexicano, a partir de meados dos anos de 1980 ela toma contornos específicos, consequência das transformações neoliberais impostas à América Latina que solaparam as já precárias conquistas nacionais das populações subalternas. Portanto, é com a marca deste contexto que a migração surge como estratégia de sobrevivência.

O centro da discussão para Ruiz está no fato de que, se por um lado, a análise dos valores das remessas feita pelas famílias de migrantes não deixa dúvida quanto a sua importância para a balança comercial do México, por outro, não há consenso a respeito da função, ou melhor, do impacto destas remessas na economia doméstica e na economia local.

No sentido de apontar na direção desta problemática, qual seja a função das remessas na economia doméstica e local das comunidades rurais, a metodologia de pesquisa do autor contempla dados gerais referentes aos migrantes e estudo de caso da comunidade de Nuevo Zoquiapan. Como resultado nos é apresentado um conjunto de informações acerca do perfil dos migrantes que retornam dos EUA (retorno voluntário) e no tocante a indagação acerca da função das remessas, conclui: “[...] puede decirse que la migración internacional por si sola no es suficiente para incrementar el nivel de vida y disminuir los altos índices de marginación que caracterizan a la mayoría de comunidades rurales en México” (p. 106).

O autor afirma ainda que é preciso pensar caminhos que possam reduzir o fenômeno migratório, todavia adverte que para fomentar alternativas é

necessário uma mudança estrutural na política econômica nacional que passe a considerar os camponeses mexicanos atores capazes de prover seu destino.

A pesquisa da brasileira Simone Rezende da Silva tem como eixo central o conflito vivido pelos caiçaras, do pequeno bairro rural de Camburi, município de Ubatuba/SP, devido à incorporação em 1977 do seu território ao Parque Estadual da Serra do Mar.

A autora, a fim de revelar os contornos desta problemática, alia o debate conceitual a respeito das populações tradicionais com a pesquisa de campo firmada na técnica das fontes orais, assim vai tecendo uma compreensão fundamentada nos conceitos de bairro rural, caiçara, camponês a partir do olhar dos sujeitos envolvidos nesta trama.

A pesquisa, por sua vez, preocupa-se também em situar o conflito dentro de um debate mais amplo que envolve as demandas da chamada sociedade urbana-industrial regida por um paradigma que separa a sociedade da natureza para dela poder se utilizar indiscriminadamente, como afirma a autora. Assim, na iminência da escassez dos recursos, esta sociedade se vê no direito de impor “áreas de natureza intocada”, as chamadas Unidades de Conservação Ambiental, como é o caso de Camburi.

A partir de uma concepção dialética, Rezende evidencia que no choque entre as culturas, da população caiçara e da população urbana-industrial, ocorre a afirmação da primeira, e essa identidade construída no conflito permite a reorganização comunitária dos moradores de Camburi frente ao processo histórico de expropriação de suas terras, que teve início com o período desenvolvimentista dos anos de chumbo, culminando na fase atual com a criação das Unidades de Conservação Ambiental.

Os conflitos internos ao próprio grupo também são retratados pela pesquisa, logo a proposta de transformação do bairro de Camburi em Terra de Quilombo defendida pelos que assumem a identidade negra e a luta pela reclassificação da área como uma modalidade de Conservação menos restritiva apresentada como solução pelos demais, parece ser agora o grande desafio que só cabe a eles resolver.

O último trabalho desta primeira parte é de Juan Ignacio Romero Cabrera e trata das demandas dos jovens rurais no Uruguai. A parte inicial do artigo é voltada para a discussão teórica dos conceitos de modernização agrícola e juventude, neste sentido o autor assevera que é preciso uma melhor delimitação acerca do que vem

a ser os processos de modernização em curso nas últimas décadas na América Latina, da mesma forma deve-se também indagar a respeito do que representa ser jovem e rural.

Em seguida, fundamentado numa pesquisa dos Censos Agropecuários e Populacionais, o autor desenha uma investigação que procura comparar dois momentos da modernização agrária, o período inicial que tem seu ápice nos anos de 1970 e o período final do processo, ou seja, a análise trinta anos depois. Assim, por meio da utilização destas fontes de informação, o autor revela os impactos das transformações produtivas na sociedade rural uruguaia em especial entre os jovens.

Por exemplo, os dados analisados a respeito da estrutura fundiária do Uruguai nestes últimos trinta anos, tendo em vista os processos de modernização, revelou que houve um desaparecimento significativo das unidades de produção familiar que possuíam menos superfície de terra, um aumento das médias propriedades e a manutenção daquelas propriedades com superfície de área maior, sendo que estas mudanças têm reflexo no mercado de trabalho e conseqüentemente no projeto de vida dos jovens rurais. A pesquisa aponta ainda para o fato de que os jovens tendem a deixar os povoados pequenos (menos de cinco mil habitantes) em direção a cidades maiores, a fim de melhor suprir suas necessidades.

A segunda parte do livro “Viejas y nuevas acciones coletivas”, como sinaliza o título, reúne um conjunto de textos que tem como foco a análise das ações de resistência no campo. Neste sentido, o artigo de Juan Carlos Guerrero Bravo caminha em dois eixos: um que busca explicar o processo de formação das rondas camponesas antissubversivas, no Peru, na década de 1980 e início da década de 1990 e, outro, que problematiza o vazio de representação existente entre o Estado e a sociedade civil ao longo dos anos de 1990, fruto tanto da ação do PCP-SL como do fujimorismo.

De modo sucinto podemos dizer que, segundo o autor, a organização de autodefesa dos camponeses, por meio das rondas antissubversivas também conhecidas como Comitês de Autodefesa (CDAs), foi em resposta a ação do Partido Comunista do Peru-Sendero Luminoso (PCP-SL). Explica Bravo que o centro da ação do PCP-SL era a desintegração do governo comunal pela retirada de sua autoridade e eliminação física dos representantes políticos, ao mesmo tempo em que se instituíam como referência política local a partir de um discurso de justiça reconhecido pela população. Todavia, no final dos anos de 1980 a simpatia e colaboração inicial foram perdendo espaço para a resistência na medida em que as ações de violência do PCP-SL também incluíam a população. Cabe ainda destacar que esta organização de autodefesa por parte dos

camponeses não pode ser entendida fora do marco da correlação com as Forças Armadas e o Estado peruano. Já em relação ao poder de representação das rondas junto à população rural, o autor é enfático ao dizer que o vazio deixado pela erosão das antigas formas de organização não foi preenchido pelas rondas nascidas na conjuntura da guerra porque o Estado e seus representantes embora reconheçam as rondas como atores sociais, como patrulha civil, não as reconhecem como atores políticos, limitando sua ação ao nível local. “El resultado actual es que las rondas parecen haber ganado más a nivel simbólico que político, porque estas autoridades políticas y civiles no reconocen oficialmente a la ronda como um poder legítimo” (p.252).

O trabalho de Daniela Mariotti nos apresenta o conflito pela terra envolvendo duas comunidades indígenas, a saber: os Kollas na Argentina e os Mapuche-Pehuenche no Chile. O texto analisa o modo como os processos de regionalização e globalização, considerados pela autora como eventos multi-articulados, tornaram complexos os conflitos de terra que, por sua vez, levaram as comunidades Kolla e Mapuche-Pehuenche a colocar na agenda nacional e internacional seus direitos históricos, seu modo de vida e sua visão acerca da relação sociedade e natureza por meio de alianças com atores dos movimentos ambientalista, indígena e dos direitos humanos.

Desta forma, Mariotti analisa o cenário do conflito e a forma como as terras dos Kollas e dos Mapuche-Pehuenche se tornaram espaços de interesse global, materializados na construção de um gasoduto nas terras dos Kollas e de represas hidroelétricas no território dos Mapuche-Pehuenche, bem como o processo de organização destas comunidades para enfrentar o problema.

Cabe destacar que o artigo coloca em evidência o conflito entre duas racionalidades distintas, uma representada pelos interesses econômicos dos Estados e das empresas multinacionais e outra fortalecida na interação e nas alianças entre as comunidades indígenas e o movimento ambientalista, sustentada no equilíbrio ecológico, na justiça social e na solidariedade.

O artigo de Pablo Barbeta e Pablo Lapegna apresenta um estudo comparativo entre duas organizações camponesas, a saber: o Movimento Camponês de Santiago de Estero (MOCASE), uma província argentina com alta proporção de população rural e a Federação Nacional Camponesa do Paraguai (FNC). Para os autores o sentido da investigação destas organizações está no fato de que ambas centram suas lutas em torno do acesso e permanência na terra não apenas como garantia de

reprodução social, mas também como defesa de uma identidade própria. O centro da análise comparativa está na busca de respostas que possam esclarecer quais as condições que permitiram a emergência nestas organizações camponesas de um discurso de luta pela terra como um direito de cidadania, bem como os fatos que ora favorecem, ora bloqueiam este processo de democratização das relações sociais no interior das referidas organizações.

Dentre as conclusões destacamos aquela em que os autores sustentam que as organizações camponesas analisadas possuem distintas formas e práticas políticas de expressar a luta pela terra como um direito. Neste sentido, “Con respecto a la FNC, pudimos apreciar que sostiene una concepción ‘heroica’ de la política, en donde se aspira a ‘tomar el poder’ logrando el control del Estado [...]. El MOCASE, por su parte, despliega prácticas que buscan, a través del desarrollo cooperativo, mejorar las condiciones de vida concretas de las familias campesinas, fortaleciendo así la autonomía de sus asociados [...]. (p. 351).

A problemática de gênero na luta pela terra será o tema do artigo de Karina Bidaseca. Nele a autora busca um estudo comparativo entre o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), na região nordeste do Brasil, e o Movimento de Mulheres Agropecuárias em Luta (MML), localizado na província do Pampa na Argentina.

Dentre as preocupações investigativas da autora ganha relevo aquela que procura entender o processo de politização da vida cotidiana destas mulheres que permitiu a luta pela terra e pelos recursos naturais. Logo, sustenta que a identidade destas mulheres, sua própria denominação como quebradeiras ou mulheres em luta, se faz enquanto categoria política. Assim, o limite, que foi a negação da existência das quebradeiras de coco por parte do governo brasileiro e a expropriação e violência vivida pelas mulheres rurais na Argentina, serviu como potencialidade para a organização coletiva, pela busca da identidade e defesa dos direitos.

O artigo de Bidaseca evidencia ainda que essas formas organizativas expressas pelas mulheres rurais, materializadas em existência coletiva, encerram territorialidades específicas e, mais que isso, confirmam que a luta pela terra na América Latina tem diferentes formatos.

Os colonos produtores de erva-mate e os trabalhadores agrícolas, conhecidos como *tareferos*, figuram como protagonistas nos conflitos do mundo rural argentino analisados por Víctor Rau. Os protestos investigados pelo autor, que teve

início com os colonos produtores de erva-mate, apresentam como núcleo da resistência o boicote aos grandes industriais do setor e foram realizados a partir das formas usuais de luta como interrupção do trabalho e da circulação dos produtos por tempo indeterminado. A novidade no conflito, segundo o estudo, foi a emergência do proletariado agrícola como sujeito de protesto e mobilização no ano de 2000 e 2001.

Desta forma, Rau parte da análise dos conflitos entre os pequenos e médios produtores de erva-mate contra os industriais para tecer as condições que permitiram a intervenção dos trabalhadores agrícolas no processo, ou seja, entender como num determinado ciclo de protestos é possível a incorporação de outros setores inclusive sem tradição expressiva de mobilização.

Destarte, apesar da análise ainda estar em andamento, como adverte o autor quando diz “enfocamos nuestra atención sobre el proceso de surgimiento de un fenómeno inconcluso, iniciado hace poco más de un año y medio”, é possível apreender que o sentido, a essência, que permitiu a constituição deste movimento está relacionada a construção de uma identidade coletiva, ou seja, parte dos trabalhadores agrícolas da colheita de erva-mate a partir de 2000 passaram a se identificar como *tareferos*.

O trabalho que fecha a coletânea é de Lorgio Orellana Aillón intitulado “El proceso insurreccional de abril: estructuras materiales y superestructuras organizativas de los campesinos regantes en el Valle Central Cochabambino”.

A guerra da água na Bolívia em 2000 é apresentada pelo autor como o epicentro das lutas e rebeliões em torno dos recursos naturais na América Latina que tem colocado de um lado as empresas transnacionais e, de outro, as populações empobrecidas e abandonadas pelo Estado incapaz de organizar as riquezas nacionais em favor das necessidades da população. É, pois, contra esta situação que os “guerreiros da água” tomam a praça e desencadeiam em território boliviano um processo de insurgência exigindo o rompimento do contrato com a transnacional Águas de Tunari e modificações na Lei 2.029. Neste sentido, escreve Aillón: “La ley 2.029 y el contrato de concesión con el consorcio Aguas del Tunari constituyen sólo un momento de la larga e intensa historia colonizada de este país, invadido en los últimos diez años por consorcios extranjeros que obtienen beneficios de la administración y venta del petróleo, el gas, el oro, el zinc, las telecomunicaciones, la leche, la luz y el agua, fundamentalmente” (p.505).

Como forma de pensar a continuidade deste movimento revolucionário, o autor busca entender as razões que tornaram possível o levante, assim apresenta como cerne da investigação aquilo que considera a espinha dorsal da Guerra da Água: os camponeses. Nos diz ainda que “Pero hay otra cosa que también enseña la experiencia de la ‘Guerra del Agua’ en el Valle Central de Cochabamba. Cada vez de manera más acentuada, los problemas del campo se hallan condicionados al curso que estos siguen en la ciudad; es decir, que la solución a la contradicción campo-ciudad pasa nuevamente por una alianza entre los campesinos y los trabajadores urbanos” (p.546).